

CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA CULTURA HISTORIOGRÁFICA

*Astor Antônio Diehl**

Resumo

Este artigo apresenta uma proposta de modelo de análise historiográfica. O conceito de cultura historiográfica é determinado pela exposição de um conjunto de cinco matrizes que intentam possibilitar a análise de diferentes elementos e níveis da historiografia.

Palavras-chave: Análise historiográfica, história.

Consideração inicial

O objetivo deste texto é discutir alguns pressupostos de estudos para a área de historiografia e da cultura historiográfica. Com essa proposta não pretendemos desconsiderar outras possibilidades de avançar em um terreno ainda pouco habitado.

A apresentação de uma proposta implica relacioná-la a um modelo que dê, minimamente, conta da complexidade do objeto. Desde já devemos descartar a idéia simplista de que um modelo é um guia pelo qual se deve pautar a realidade. Muito menos, o modelo configura um molde dessa realidade. A concepção de modelo deve ser entendida aqui

* Doutor em Teoria, Metodologia e Didática da História pela Ruhr-Universität Bochum, Alemanha. Professor da Universidade de Passo Fundo (RS).

como um “instrumento de trabalho que, orientado teoricamente, é capaz de estabelecer significados entre dados” (FONTES, 1997, p. 355-356).

Portanto, a noção de modelo é empregada aqui no sentido metodológico. Essa noção leva a uma dupla operação cognitiva: de um lado, os procedimentos necessários para a construção do próprio modelo e, de outro, as modalidades de sua aplicação. O trabalho com modelos deve ter sempre presente esses dois aspectos para que, através dele, se consiga estabelecer as diferentes articulações de um grupo de fenômenos.

Assim, a noção de cultura historiográfica precisa, necessariamente, desenvolver as dimensões constitutivas do seu próprio modelo a partir de uma problemática. Nossa problemática então parte de questionamentos situados em dois vetores.

O primeiro vetor engendra elementos vinculados aos aspectos vindos de três pensadores da história: a pergunta “o que estou fazendo quando escrevo história?”, de Michel de Certeau (1982); a interrogação, de Jean Chesneaux (1995) “devemos fazer tábua rasa do passado?”; e, finalmente, Remo Bodei (2001) pergunta “a história tem um sentido?”.

O segundo vetor vincula a própria dinâmica das mudanças provocadas pela propalada crise da razão histórica, passíveis de serem observadas nos últimos anos através do estudo historiográfico.

Com essa base de estudos é possível, em tese, afirmar que estamos assistindo a uma espécie de revanche do acontecimento sobre a estrutura do local-regional sobre o nacional, por um lado. Por outro, as abordagens historiográficas dão ênfase extraordinária às formulações discursivas do passado, numa espécie de ciência do texto. Esta última é uma marca da cultura contemporânea, caracterizada pela *Spätzeit* (MOSER, 1999, p. 33-54).

No entanto, não basta somente a consciência daquilo que está mudando e que fora condenado no passado pelas representações historiográficas tradicionais. O historiador precisa desenvolver outros instrumentos metodológicos para poder dar sentido aos fragmentos e buscar um novo sentido à sua representação. Tal tendência mostra a larga receptividade, entre os historiadores, das questões vinculadas às estruturas narrativas e de uma proximidade entre história e literatura. Apesar desse “avanço” estratégico, o historiador continua tropeçando em destroços do passado que irrompem na cena contemporânea.

A diferença agora está no fato de o historiador não poder mais usar modelos teóricos de seleção e classificação de restos e tradições do passado como fazia anteriormente, sem, pelo menos, relativizar seu grau de cientificidade. A heterogeneidade temporal, política e cultural impede-nos de fazer tábua rasa em termo de sentidos e significados. Tal heterogeneidade revela um espaço cultural contemporâneo saturado de diferenças.¹

Essa situação do espaço cultural atual gera uma reação, que entende a saturação como um obstáculo à originalidade e à inovação ou mesmo à possibilidade de produção de conhecimentos. Tudo já teria sido dito, feito e narrado. Restaria, então, uma espécie de saída estratégica em direção ao mundo primitivo, situado em algum momento antes da modernidade. Um desejo de busca da comunidade, do pequeno, do micro e – por que não? – de re colocação do sujeito ético-moral no centro do palco como a força motriz do sentido. A semiotização atual retirou o sentido da clandestinidade.² E nesse aspecto, em termos gerais, vale a política do plano da reconstituição dos sentidos lá onde existem basicamente intimidades.

Estamos nos encaminhando para uma ciência do texto e das experiências simbólicas em detrimento daquela vinculada na relação explicativa do homem-natureza. Assim, o contexto historiográfico atual pode perfeitamente revelar as estratégias para a formação de desejos simbólicos no campo sociocultural. Essa nova tendência mostra-nos que a compreensão do campo cultural seria entendida apenas como a política do plano estrutural concluído e das estratégias que somente reconheciam o visível *a priori* estabelecido pelos conceitos e teorias.

De outra forma, a situação do espaço cultural também pode mostrar que a saturação é percebida como condição *sine qua non* da produção de novos sentidos. Aquilo que antes fora varrido para debaixo do tapete tornar-se-ia agora a matéria-prima das significações. Nessa orientação, o custo da modernização seria agora visto não mais como obstáculo, mas como recurso para sua reutilização através dos esforços da narrativa, da metaficção ou da intertextualidade.

Configura-se, portanto, um terreno fértil e promissor para o avanço do debate das estruturas narrativas pós-modernas, num modo de produção das subjetividades, através de uma espécie de ciência do texto, a que já nos referimos.

Recentemente, Hans-Ulrich Wehler caracterizou as tendências da nova história cultural pela sua abstinência política. Seria como nadar com a onda cultural, quando nela estariam sendo enfocadas noções, tais como: a diferença e a desconstrução, o discurso e a identidade. Seriam trabalhos que se ornamentam com a análise do discurso, distanciando-se da disciplina metódica da ciência histórica.

A recombinação de temporalidades diferentes numa mesma narrativa não é mais vista como uma deformação ou mesmo sinônimo de desordem, mas de constituição de um sistema lógico que trabalha com sentidos pré-constituídos. Pela dinâmica interna do sistema e pelos seus enunciados, a narrativa e a estética assumem o papel principal. O conteúdo histórico em essência torna-se secundário; sobre ele, porém, se narra e se estiliza. As múltiplas recombinações de temporalidades possíveis no sistema levam a implodir as polarizações de posições tão caras ao pensamento dialético. Por vezes, essas tendências são duramente criticadas como sendo mera reciclagem, pastiche ou mesmo canibalismo cultural. Todo esse processo estaria levando ao esgotamento cultural, à falta de originalidade e à ausência de crítica.

O ambiente atual na cultura historiográfica brasileira é de incessante crítica à razão histórica.³ Dessa crítica, uma primeira orientação é aquela que procura uma solução para a crise no irracionalismo carismático autoritário e centralizador. Uma segunda orientação rejeita essa solução, mas não deixa de se refugiar no antimodernismo comunitário, desta vez supostamente identificado na conotação política emancipatória.⁴ Percebe-se que a questão se direciona para a junção de forças irracionais e antagonicas (aparentemente), resultando daí um alegre modismo ao gosto de diferentes matizes políticas. Na prática, isto é veiculado e apresentado como ótimo empreendimento editorial e jornalístico. Portanto, deixou-se de perseguir as explicações racionais sobre as razões estruturais e conjunturais de determinadas situações históricas em nome de possíveis orientações pós-modernas. Por que isso ocorre? Gostaria de levantar algumas suspeitas para essa situação.

Primeiramente, vivemos num clima marcado por frustrações intelectuais e sociais, pois as revoluções otimistas, aquelas que projetavam a redenção no futuro, não aconteceram nos moldes teorizados. Esse é um dos fatores que deram origem ao pessimismo em relação ao futuro e à própria possibilidade de mudança social. Isso, por sua vez, gera uma

crise de critérios científico-rationais sobre os quais tais paradigmas estavam assentados. Convivemos, assim, com a falência e com a intransparência teórica e, em alguns casos, com a demissão da razão.

Em segundo lugar, o clima é de fragmentação da ordem estabelecida. Essa fragmentação é uma das conseqüências dos processos de modernização que explodem as tradições culturais e, nesse caso, as tradições historiográficas. Berman (1988) diria: “tudo que é sólido desmancha no ar”. Esse contexto nos deixa numa atmosfera de insegurança, pois os antigos critérios já não cobrem mais a realidade e desconfiamos profundamente dos novos. Os processos de modernização geram custos sociais e culturais, apresentados, sobretudo, através da fragmentação dos estudos históricos. Portanto, já que a sociedade e os sujeitos estão fragmentados (fracionados e hostis entre si), a tendência básica é um retorno ao indivíduo. Nesse sentido existe uma forte perspectiva de individualização do presente no passado. Em termos historiográficos, isso é percebido com o retorno de soluções micro, do original, do imediato, orientadas na pesquisa do psíquico, do místico e do religioso.

Pois bem, esses dois aspectos que apontamos geram alguns dilemas estruturais que avançam sobre nossas posturas acadêmicas e profissionais. No nível acadêmico apresentam-se dois vetores: o discurso da conciliação acadêmico-social e a crítica conformista da historiografia inserida na nova história. Já em termos de resultados de pesquisa e temáticas abordadas há um retorno ao cotidiano, uma espécie de enclausuramento do indivíduo ou de pequenos grupos em si mesmos. Existe, nesse sentido, uma fuga orientada que vai da esfera pública para a privada e para a esfera das soluções próprias e imediatas.

O momento é dos cotidianos íntimos da vida, das experiências do sujeito, a vez é das bruxas e das feiticeiras, dos loucos, dos vadios, dos homossexuais, dos gestos significativos, tais como o medo, o desejo, a angústia etc. A vez é daquilo que denominamos com ensações dos custos resultantes dos processos de modernização otimistas lineares, daquilo que historicamente foi jogado na lata de lixo pela ciência formal. Parece que procuramos no passado aqueles gestos significativos que compensam a falta de critérios transparentes no presente, preenchendo assim o vácuo. Radicalizando poder-se-ia dizer: romantizamos, idealizamos aspectos do passado num esforço quase saudosista para restabelecer a ordem perdida.⁵

Essa última orientação, por certo, não é ingênua e não está longe de justificar e legitimar o ressurgimento de mitos do século XIX, tais como: da nação, do étnico, da personalidade, da geopolítica e da tradição cultural, este último como elemento autônomo. Isso traz de volta a estratégia das soluções imediatas, localizadas e carismáticas.

Com essa temática surgem alguns aspectos que merecem ser apontados: a) a analogia entre a reconstrução da biografia e a interpretação crítica, através dela, de estruturas simbólicas em geral; b) a ciência não desempenha mais seu papel de motor do pensamento, porque essa função já está ocupada pela política; c) a história, como disciplina com plausibilidade científica, não pode ter a função de propor identidades, pois a historiografia é o resultado de racionalizações metodológicas, e a identidade se forma e cumpre funções através do passional e do afetivo.

Nesse sentido, o lastro de conteúdos do passado, que alavanca a possibilidade de identificações, passa a ser percebido tal como deveria ter sido. Essa perspectiva injeta no sentido do passado uma leitura de significado romântico de como queríamos que fosse. Entretanto, nós já entendemos que esse passado nunca existiu, a não ser na imaginação ou na afetividade do sujeito cognitivo. A outra leitura desse passado é aquela que remete ao sentido metodológico de como é possível ser reconstituído.

Nessa orientação, não entendemos as conseqüências da crise como negativa ou sem sentido para a história-disciplina, mas sim como possibilidade de problematizar o passado no sentido de reconstituir idéias de futuro existentes no passado e, sobretudo, creditar argumentos para uma cultura da mudança. É, exatamente, com essa possibilidade que orientamos nossa proposta de estudos sobre cultura historiográfica, buscando nela o significado e a importância no debate atual.

Significado e importância da cultura historiográfica

Observamos, nos últimos anos, uma profunda mudança nas formas de produção do conhecimento histórico, especialmente na formulação teórica dos temas, na metodologia e nas formas de representação, adotadas nas reconstituições. História do cotidiano e antropologia cultural trazem, ao contrário da história das sociedades, uma forte estruturação de fatores da mentalidade e da cultura. Já vimos que estas últimas manifestam e ancoram sua crítica no conceito de progresso cumu-

lativo e no tempo linear dos processos de modernização. Dessa forma, a atenção preferencial na pesquisa recai sobre a história comumente identificada como história cultural.

Pois bem, essa mudança nas formas de representação dos saberes históricos, dos novos temas introduzidos entre os profissionais da história, é apenas constatada como um fenômeno do desenvolvimento da própria história. Porém, essas constatações não bastam para explicações mais completas do movimento historiográfico. Portanto, é preciso ampliar a idéia da pesquisa histórica e do debate com conceitos de maior fôlego, como, por exemplo, o de cultura historiográfica.

É lugar-comum afirmar que o mundo histórico-científico está sob o signo da suspeita, pelo menos no que diz respeito aos seus parâmetros modernos. O progresso cumulativo, o tempo linear, as perspectivas coletivas, a epistemologia e o discurso racionalista, os métodos analíticos tradicionais estão em crise, ou, até mesmo, com os seus dias contados.

O que pretendemos discutir aqui não é a estrutura da história como ciência, mas sim como podemos analisar as formas narrativas da história. Em outras palavras, isso significa interpretar como os historiadores apresentam o passado sob a forma de uma história, o que é denominado de cultura historiográfica.

Para tal propósito, o historiógrafo precisa levar em conta dois níveis de análise: uma matriz das formas narrativas e a posição social do historiador. Para o primeiro nível deveremos levar em consideração o seguinte aspecto: a representação historiográfica é o quarto elemento de formação da matriz da ciência histórica. Também a historiografia é constituída de componentes necessários para poder ser estudada. No quadro 1 estão especificados, com base em Rüsen e Jäger (1990), tais componentes.

A ampliação dos componentes desse quadro sobre uma ou várias perspectivas de um historiador ou de um grupo deles pode abarcar as respectivas interpretações historiográficas sobre o passado, pertinente desde a concepção clássica de história e dominante na Europa desde o renascimento até o Iluminismo (*Aufklärung*). Isto não quer dizer que ela não tenha conhecido concepções rivais durante esse período e que ela tenha desaparecido abruptamente no início do século XIX. Pois, mesmo que discordássemos desse limite cronológico, deveríamos levá-lo em consideração, pois as mudanças estruturais e paradigmáticas – ou

Quadro 1 - Estruturas narrativas na história/historiografia.

	Memória	Continuidade	Comunicação	Identidade	Sentido/ tempo
Tradicional	Sua origem está vinculada a concepções de mundo estabelecidas e em formas de vida.	Como duração na mudança.	Na forma de aceitação.	Formada através da aceitação de orientações preestabelecidas.	Como imutável.
Exemplar	Sua origem está vinculada a casos, acontecimentos que demonstram regras gerais.	Como repetição de ações estabelecidas por regras atemporais.	Na forma de argumentação e com força de juízo.	Formada através da competência em resolver questões (sabedoria de tomar decisões).	Como especificidade.
Crítica	Sua origem está ligada a acontecimentos que questionam orientações históricas.	Como ruptura e como representações temporais consequentes.	Na forma de pontos de referência da consciência contra condições estabelecidas.	Formada através do processo de individualização	Como ruptura.
Genética	Sua origem está presente em mudanças que são trazidas de fora para dentro e propõem alterações nas formas de vida.	Como desenvolvimento, em que formas de vida se transformam e se colocam como duração dinâmica.	Na forma de uma relação discursiva entre diferentes perspectivas e orientações.	Formada através do processo de individualização	Como temporalidade do próprio tempo.

mesmo as matrizes da produção do conhecimento histórico – não são substituídas sob a forma de rupturas completas.⁶

Poderíamos, numa visão sintética, definir essa perspectiva como a concepção de história, que, antes de se fundar no tempo, como a moderna concepção, estabelece, como propõe Koselleck (1989), um espaço de experiências, onde estão reunidas as histórias exemplares, extraordinárias, capazes de fornecer as sabedorias a todos que dela se aproximam. Sugere-se, portanto, uma formulação pedagógica da história: na velha expressão de Cícero, *historia magistra vitae*.

Com essa formulação supõe-se a crença na unidade do gênero humano, argumento único capaz de dar validade à história, propondo a história como palco das experiências, mas onde as cenas do passado são altamente selecionadas. Sua função serve de exemplo para o constante aperfeiçoamento político e moral de seus espectadores. Para atingir tais objetivos, a história deveria envolver-se, necessariamente, com a tradição e com a memória coletiva, concepção que mantém o futuro sob restrito controle.

Com esse aspecto não pretendemos insinuar que a concepção clássica de história não diferenciava futuro do passado: simplesmente a decisão sobre como, quando e em que direção agir dependia de uma avaliação cuidadosa daquilo que Koselleck (1989) denominou “horizonte de expectativas”. Com essa posição, o conteúdo podia variar de forma, abrindo possibilidades de análise, e, ao mesmo tempo, conter diversas e diferentes posições.

Nesse sentido, a concepção clássica comportava, no mesmo espaço, Maquiavel, para analisar e defender a idéia de república; Racine, para expor a superioridade natural que garantia à realeza francesa o seu direito à soberania; Montaigne, preocupado em fundar o seu ceticismo na demonstração da inexistência de regras capazes de orientar o comportamento humano, e Jean Bodin, como um obcecado pela descoberta de regras.

O que importa aqui é que todos procuravam promover suas perspectivas através das experiências acumuladas pela história. Pois, pela variedade de conteúdos, e longe de definir-se matéria de especialistas, constitui-se o conteúdo e o gênero freqüente da intelectualidade clássica. Evidentemente que no século XIX, apesar do sucesso das ciências, a

história, no caso do positivismo, ainda mantinha a tarefa de suprir a sociologia com dados, fatos etc.

Essa ausência de especialização e a variedade de conteúdos não nos permitem supor que houvesse uma completa e irrestrita comunicação entre história e tradição, ou seja, que qualquer assunto encontrado na memória coletiva pudesse ser, automaticamente, transformado em um exemplo, um exemplo legitimador do próprio modelo clássico. Isso equivale quase a dizer o contrário. Vamos encontrar com frequência a utilização de um filtro para garantir uma relativa crítica das narrativas, diminuindo a incidência do místico e, conseqüentemente, aumentando o poder de persuasão de cada uma delas.

Paul Veyne (1984, p. 25) rotula esse “filtro” de “doutrina das coisas atuais”, ou seja, a certeza de que “a tradição mística, transmite um núcleo autêntico que, no decurso dos séculos, se rodeou de lendas; apenas estas lendas criam dificuldades, mas não o núcleo”. Isto significa extrair da memória popular as mistificações que a cultura histórica popular, pouco a pouco, acabou acrescentando.

O método para conseguir efetivar tal propósito poderia ser denominado “doutrina das coisas atuais”, ou seja, a comparação dos relatos contidos na tradição com as convenções do século corrente, assimilando tudo aquilo que fosse compatível com essas convenções do século corrente, como verdadeiro, porém descartando o resto como mero produto da imaginação. Mesmo que essa posição esteja relacionada com a tradição, ela está longe de sugerir qualquer alteração no significado da noção clássica de história. Sobressaem-se ainda os argumentos políticos, sociais e morais, nos quais o que se tenta não é a confirmação de uma verdade factual de sua articulação com os valores cultuados no presente.

Essa observação se torna importante à medida que nos aproximamos da concepção moderna de história, pois aí entra em jogo o ideal de verdade. Nesse sentido, White (1994) sugere uma fórmula relativamente cômoda: a passagem de uma verdade que se identifica com a ética e que se opõe ao erro para uma verdade que se confunde com o fato e deseja afastar-se de tudo aquilo que se aproxima das fronteiras da fantasia ou da imaginação.⁷

Na passagem da história clássica para a moderna, o historiador deve, para alcançar essa meta, em primeiro lugar, abandonar o sentido ético-pedagógico da sua atividade, buscando, em troca, o acesso mais

objetivo possível da realidade. Cassirer afirma que tais exigências de imparcialidade levaram a concepção moderna de história a incorporar, a partir do século XVIII, toda uma série de procedimentos críticos em intercâmbio com a filologia.⁸

Esses procedimentos, em princípio, seriam capazes de determinar a verdade dos fatos com infinita precisão através da análise documental na confrontação de testemunhos, estabelecendo quais textos poderiam ou não conseguir uma visão realista do passado. Assim, o exame crítico da tradição passa de relativo, na concepção clássica, para absoluto, na moderna.

A parcela de plausibilidade da memória aos ouvidos contemporâneos, na concepção clássica, é preservada, deixando o restante de lado. Agora, aquilo que vem do passado passa a ser observado com desconfiança, a ser submetido ao criterioso exame de erudição, convertendo o historiador em um especialista, em alguém cujo trabalho se caracteriza pela prática de um método. O método passa a ser a chave para determinar a verdade ou a mentira, acessível apenas depois de um longo aprendizado.

É bem verdade que toda essa modificação não se configurou abruptamente, mas foi o resultado de um longo e penoso processo, que inclui, notadamente, as querelas entre antigos e modernos, personagens tão interessantes quanto os antiquários.⁹ Apesar disso, parece-nos justo sugerir que o momento crítico e dramático, como afirmação da concepção moderna de história, vincula-se à Revolução Francesa. Acima de tudo porque a Revolução Francesa, pelo número e intensidade dos conflitos por ela provocados, assumiu, naquele momento, características totalmente incontroláveis e imprevisíveis, tornando-se uma radical alteração da concepção de verdade de que se dispunha no pensamento até então?

Assim, em vez de insistir na sustentação da possível verdade de uma das inúmeras facções produzidas pela revolução no final do século XVIII e princípio do século XIX, foi um novo critério de verdade, um critério que não fosse girondino ou jacobino, mas que tivesse condições,

por cima de qualquer impulso, de interpretar as evidências históricas à luz de preconceitos partidários, expectativas utópicas ou ligações sentimentais com instituições tradicionais [...] situando-se em algum ponto de vista da consciência social que

fosse verdadeiramente “objetivo”, verdadeiramente “realista”.
(WHITE, 1984, p. 124)

Mas, no entanto, é preciso assinalar que os conflitos éticos e políticos não eram exatamente uma novidade no cenário europeu. As lutas religiosas que marcaram o século XVI e a primeira metade do século XVII chegaram a atingir proporções quase continentais. Koselleck (1979), considera-as como a primeira guerra civil européia.

No entanto, esses conflitos puderam ser resolvidos através de uma reorganização do sistema de poder que vigorava na maioria das monarquias européias, sem chegar a uma crise tão profunda que provocasse uma revisão completa dos valores, como foi o caso da Revolução Francesa. Como nos resultados da Revolução Francesa, essa reorganização do sistema de poder não foi possível como alternativa; buscou-se, assim, uma nova definição de verdade que tivesse condições de fornecer critérios para a construção do mundo após a revolução.

É notório que esses novos critérios para a definição de verdade e a concepção moderna de história que lhe corresponde estão distantes de poder se apresentar como construções perfeitas sobre esperanças arruinadas pela própria revolução. Pode-se afirmar, ao contrário, que elas também enfrentaram dificuldades. As dúvidas persistem, e, talvez, a problemática que maior discussão gerou foi a relação entre imparcialidade e a perspectiva intelectual do cientista social.

Assim, penso que o afastamento do historiador das diversas posições em conflito parece ser um dos pressupostos básicos dessa concepção moderna de história. Entretanto, é de se ressaltar que, mesmo da Revolução Francesa, autores como Chladenius (1975), ligados ao Iluminismo, chamavam a atenção para a virtual impossibilidade de atingir o ideal de um distanciamento absoluto. Pois, por mais que conseguisse afastar-se das suas lealdades políticas e religiosas, o historiador ainda estaria enfocando o objeto a partir de um determinado ponto de vista, de uma perspectiva intelectual específica que faria com que ele enfatizasse tal aspecto e não outro, dirigindo a pesquisa em uma direção e não em outra.

Essa dupla exigência de objetividade e posicionamento intelectual parece ter atravessado todo o século XIX como uma criativa e permanente fonte de tensões no interior da historiografia, não só gerando

acusações, ora de partidarismo, ora de falta de originalidade, mas também, e o mais importante, debates – de Ranke, Droysen, entre outros – em torno das condições em que se produz a história na acepção moderna do termo. Ainda hoje esse debate mantém sua atualidade e importância no contexto da ciência histórica.

O que interessa assinalar é o aparecimento de um outro critério utilizado pela crítica histórica para chegar à verdade. Com esse critério estabelece-se que se os testemunhos contemporâneos igualmente coerentes forem contraditórios, a solução será dada pela quantidade, pelo número, procurando novos documentos capazes de resolver o impasse.

No método crítico, na interpretação de nossos autores, é necessária a adoção de três regras simples e claras, que devem estar sempre presentes na consciência do historiador: o privilégio da testemunha visual, daquela que assistiu pessoalmente aos eventos que ele reconstrói: a ênfase ao caráter lógico do relato das testemunhas, como se a ambigüidade fosse sinônima de equívoco ou falsidade, e a coerência, um pré-requisito para se acreditar na correspondência entre o texto e a realidade; e a utilização do número e da qualidade de documentos ou testemunhos para dirimir dúvidas, no caso de documentos que contenham afirmações contrárias.

O historiador deveria ter sempre essas três regras e procedimentos presentes em seu ofício para que se transformassem em método, numa espécie de máquina, num aparelho intelectual que desconhecesse climas e estações e fosse capaz de operar em qualquer época e lugar, através de um esforço que, curiosamente, fundasse a profissão de historiador tal como modernamente a entendemos, além de colocá-la fora do tempo e da história. Mas, para que isso possa acontecer, terá de supor a existência de um tipo especial de historiador – um intelectual capaz de desligar-se das suas lealdades políticas e religiosas e, no momento da pesquisa, até mesmo das suas convicções intelectuais, para aderir a uma ocupação que, em troca, oferece-lhe, pelo método, um acesso privilegiado à verdade dos fatos.

Contudo, deve-se observar que o método histórico e a narrativa constituem o nível central da atividade do historiador.¹⁰ Isto equivale a dizer que, nesse trabalho difícil, o historiador pode contar com uma espécie de duplo: a testemunha, que está ao mesmo tempo próxima e distante, com quem precisa manter uma espécie de relacionamento constante.

Essa testemunha tem de ser objetiva, coerente e imparcial. O historiador, por sua vez, tem de possuir o equivalente a um método crítico natural que lhe permita superar o olho do espírito. Deve fazer-se surdo aos reclamos da sensibilidade, registrar apenas o que se passa na realidade, para que o olho do historiador, desarmado, possa mais tarde ler a inscrição do seu relato em um documento, e transferir esse conhecimento para outra época e lugar.

Um problema surge nessa etapa da crítica das fontes: pode-se efetivamente pensar na objetividade do próprio método, instrumento como garantia de imparcialidade? Há marcas de alguma opção intelectual definida, ainda que não necessariamente pressentida pelo historiador? Numa rápida exposição dos textos, podem estar contidos alguns desses elementos subjetivos. Está confesso o empirismo, aliado ao explícito louvor da coerência lógica e do uso do número de testemunhos como critério para se alcançar a verdade.

Esses critérios efetivam um compromisso, ainda que indireto e matizado com as propostas epistemológicas ligadas à síntese iluminista do século XVIII. Essa associação entre a concepção iluminista e a concepção moderna de história confirma, de certo modo, uma antiga intuição de Cassirer. Mesmo tendo a sua primeira grande sistematização na época romântica, num ambiente saturado de irracionalismo e de subjetividade – *et pour cause* –, essa concepção sempre procurou manter seus vínculos com a razão iluminista.

Nesse momento nos deparamos com um procedimento crítico, não tão evidente e explícito quanto os anteriores, mas, por estar tão “naturalizado” (que não precisa ser mais debatido), ou por já estar enraizado nessa concepção moderna de história, somente de forma precária consegue ser um elemento intermediário para um melhor desvendar dos pressupostos intelectuais da crítica histórica.

Esse quarto procedimento envolve basicamente a necessidade do historiador de efetuar uma radical e inevitável crítica da memória, se é que ele realmente pretende atingir uma plausibilidade dos fatos.

Dessa forma, parece-nos que a memória é uma faculdade que, na concepção moderna de história, precisa ser constantemente “refrescada”, caso contrário ela perderia toda a sua força e seu poder de evocação. Ora, como isso não é possível, a memória passa a ser encarada com a mais absoluta desconfiança, definida como uma entidade que

sofre uma espécie de corrosão interna, corrosão que somente se agrava com a passagem do tempo. E é essa conexão entre memória e tempo que precisa ser evidenciada. Pois a memória somente começa a ser apontada como doente – de um processo de corrosão – quando se associa a uma noção de tempo definida como uma linha em movimento contínuo para frente, na direção do futuro.

Esse aspecto implica o abandono do modelo clássico, o que faz com que os homens redirecionem literalmente o seu olhar e as suas esperanças, desviando-se do passado e concentrando-se no porvir. Isto, entre várias outras coisas, provoca um gradual, mas crescente enfraquecimento da memória, pouco a pouco substituído pelo esclarecimento.¹¹

Assim, é justamente o surgimento dessa definição iluminista do tempo, assimilado ao progresso, convertido em linha que se desloca inelutavelmente numa única direção, que vai separar o espaço de experiências, base da concepção clássica de história, do horizonte de expectativas do homem moderno, horizonte que vai agora se fixar no futuro. Um futuro que parece dispensar todo e qualquer ensinamento veiculado pela tradição, relegando-a a uma absoluta obscuridade.¹²

Esse processo tende a transformar, dessa maneira, a tradição em um amontoado de ruínas, restos de uma caminhada que sempre encontra o seu sentido na frente, além de desativar progressivamente a memória e de, na crítica histórica, tornar o passado um lugar sombrio e misterioso, quase esquecido.

Em outras palavras, parece haver uma conexão entre o predomínio de uma noção iluminista de tempo, o rápido e profundo desprestígio da memória, da tradição e da concepção clássica de história, com a conversão do passado em matéria de terror. Essas conexões são importantes em função do quadro que elas esboçam, auxiliando-nos na explicação e no surgimento da concepção moderna e do aparelho crítico que a acompanha.

Isto ocorre porque tal concepção parece receber a incumbência de dirigir-se na direção do passado, desse novo passado, obscuro e esquecido, e de nele procurar – através da aplicação do seu método aos escombros da tradição, agora convertido em documentos – as evidências que permitiram a reconstrução do seu verdadeiro rosto. Assim, ao contrário do restante da civilização, que olhava e caminhava para frente,

a história deslocava-se para trás, procurando expurgar o caos, a desordem e o terror que ali pudessem ser encontrados.

O método crítico podia ser descrito como uma máquina que se situava fora da história, fora da linha de tempo, simplesmente porque, na verdade, ele se movimenta contra a história, na direção oposta àquela seguida pelo progresso. E é essa característica que explica, de certa forma, uma ambigüidade que parece assolar a profissão do historiador. Pois, de um lado, ela é reconhecida como uma das atividades essenciais do imaginário ocidental, porque afinal é a disciplina do passado que extirpa o trágico passível de ali brotar.

A história, no entanto, somente consegue atingir esse objetivo ao alhear-se completamente dos interesses que cercam a maioria dos mortais, esquecendo-se do futuro para mergulhar numa gigantesca teia de erudição, que, de um ponto de vista prático, preocupado com o progresso, é absolutamente gratuita.

Tudo indica que a história não está sozinha no esforço de empregar o seu potencial disciplinador a serviço dessa concepção iluminista de tempo. Essa noção de tempo como progresso somente é possível e somente será adotada, se a ela se associar uma série de discursos capazes de aumentar o seu poder de persuasão, aparando os possíveis pontos de incerteza.

Parece que tanto o desprestígio da tradição e da memória e a separação entre o espaço de experiências quanto o horizonte de expectativas da modernidade não criaram oportunidades para o florescimento do terror apenas no passado. O futuro, afinal, não somente perde as luzes da história, mas também diminui drasticamente a capacidade de os homens se orientarem dentro dele – como demonstra Tocqueville, quando diz: “como o passado deixou de lançar a sua luz sobre o futuro, a mente vagueia na obscuridade”. Assim, também passa a depender de um tempo que avança incessantemente como se fosse uma flecha, sem que se saiba rigorosamente qual a direção vai tomar, se, como, quando e onde pode parar. O tempo linear, além de produzir o esquecimento do passado, gera uma terrível incerteza, ou seja, a mais completa imprevisibilidade em relação ao futuro. Imprevisibilidade essa que somente pode ser superada se os mesmos papéis desempenhados pela história na retaguarda, ou na ponta de trás da linha, forem exercidos pelas ciências físicas e naturais na ponta de frente.

O progresso será sempre o progresso da ciência, da ciência moderna, de uma ciência que se movimenta e se transforma juntamente com o tempo, tornando-se capaz de substituir a sabedoria estática que o modelo clássico fornecia.¹³

O ideal de absoluta objetividade e de distanciamento que a concepção de história moderna, em geral – e para nossos três autores citados em particular –, tenta cultivar e promover, mesmo que circunscrito apenas ao método e à fase de crítica e classificação de documentos, dificilmente pode ser sustentada. Verifica-se isso tanto no campo de componentes intrínsecos, dos seus procedimentos críticos, quanto no dos pressupostos. Nestes, especialmente, este método é tributário de argumentos da objetividade; nas suas especificidades, há em nossos autores o ideal de uma disciplina absolutamente realista e imparcial.

Para a discussão da narrativa histórica em nossos autores, as últimas seqüências funcionam quase como um anticlímax ou um *post-scriptum*. A conclusão do relato se dá como apogeu. Afinal, uma das características fundamentais da narrativa é precisamente a de que ela possui um começo e um fim extremamente bem definidos e solidamente articulados entre si, um como que pressupondo a existência do outro.

Se esse argumento for levado em consideração, o de que o princípio e o fim possuem efetivamente essa importância, é possível então que o tempo que transcorre entre esse início e fim terá de ser levado em conta como importante, movimentando-se numa direção determinada, seja para frente, para o futuro, para o final, exatamente como o tempo iluminista. Nesse sentido, podemos apreender dois tempos.

Em relação aos textos em questão, o tempo linear aparece como um suposto de importância estratégica, importante para a definição do método histórico, aparecendo com uma presença praticamente invisível. Ou, pelo contrário, o tempo vai desempenhar um papel central, pois, de certa maneira, ao ocupar todo o espaço que separa o início do final, ele (o tempo) se confunde com a próxima narrativa. Em outras palavras: ele consegue amoldar a narrativa em função das suas características particulares.

O que nos interessa perguntar, especialmente nesse momento, é como essa noção iluminista do tempo orienta a narrativa. Claro é que a certeza de que se trata de uma linha que se desloca compulsoriamente em uma única direção levou alguns autores – aqueles que se posicionam

de forma crítica à concepção moderna de história – a identificar essa linha como uma cronologia, o que faria com que os episódios conhecessem apenas uma sucessão e uma causalidade bem simples, um depois do outro, o que vem atrás ocasionando o que vem à frente e assim por diante.¹⁴

Mas a narrativa comporta outra dimensão além da episódica: é aquela que Paul Ricoeur denomina configuracional, dimensão que aponta diretamente para a categoria central da narrativa, a idéia de enredo.

O que é importante na narrativa somente no tempo linear é o fato de não apenas oferecer uma linha para acolher os mais distintos eventos, como também articulá-los em si. Deduzir um padrão de uma sucessão, construir e associar totalidades significativas, com base em episódios dispersos e isolados, faz com que, para ser histórico, um evento deve ser mais do que uma ocorrência singular: ele recebe a sua definição em função de sua contribuição para o desenvolvimento de um enredo (RICOEUR, 1980, p. 171).

Antes de prosseguir, vejamos como isso se apresenta no texto. Os textos aparecem divididos em seqüências (volumes), e cada uma delas possui uma cronologia própria e diferenciada, mas não isoladas das demais.¹⁵ Assim, os episódios descritos dentro de cada uma dessas seqüências, a partir de uma temporalidade específica (formando diversos quadros que, quando se comunicam, se entrelaçam), costumam uma teia que enreda literalmente a narrativa.

A narrativa é sempre composta de eventos que caminham para o final, percebidos do ponto de vista moderno. Porém, eles caminham associados, presos em uma rede que transforma meros acontecimentos em partes de um intriga mais ampla, em um movimento extremamente complexo, que, embora tenda para o fim, conhece paradas, desvios e recuos. Desde que isto seja necessário para a configuração, torna as seqüências e os episódios absolutamente interdependentes, acabando por dar sentido ao texto.

No entanto, da ligação entre tempo linear e enredo decorre uma série de conseqüências que afetam de perto a própria natureza da narrativa. Duas dessas conseqüências podem ser imediatamente destacadas: a primeira parece ser mais evidente e deriva diretamente da modelagem e da padronização que o enredo termina por impor à narrativa, isto é, ao fato desse discurso. Demonstra um verdadeiro horror à incompletude,

ao vazio, pretendendo reunir todos os fios soltos do texto para criar uma imagem absolutamente coerente, regulada e compreensível da realidade, uma imagem em que tudo, até o acaso, pode e deve fazer sentido.

A segunda conseqüência desenvolve e completa, de certo modo, a primeira, pois salienta que o discurso se move para frente de maneira absolutamente consciente e ordenada, culmina com a disciplinarização do real, direcionando todos os episódios, seqüências e configurações da narrativa ao rumo de seu final. Nesse sentido, “a história é o pólo de atração de todo o processo” (RICOEUR, 1984, p. 227), pois é como se ela estivesse não somente no fim, mas também ao lado de todo o desenvolvimento do enredo.

Nessa perspectiva, tudo se encaminha na direção do regional, ponto de junção da dimensão episódica com a configuracional. Por isso, mesmo no ponto de partida, orienta todo o movimento de narrativa na sua direção. A culminância (ápice) sobre os movimentos da narrativa é um fundamento que nos leva a ter uma visão de mundo eminentemente tranqüilizadora e consoladora que ela parece gerar. No final, parecem consolidar-se os movimentos da narrativa, enchendo de sentido todos os seus desdobramentos e aperfeiçoando aquela visão real como algo completo, regular, plena e coerentemente ordenado, uma visão que o enredo dá a impressão de produzir.

A vocação disciplinadora e antitrágica da narrativa pode ser confirmada quando aprofundarmos tal aspecto. Ela completa, de certo modo, uma das características básicas do método crítico. Este, lembremos, caminha ao contrário do tempo moderno, para trás, para o princípio, dispondo-se a ordená-lo e a discipliná-lo, a expulsar dali o terror que venha encontrar, deixando a tarefa de fazer o mesmo à frente, no futuro, para as ciências naturais.

O tempo da narrativa parece trabalhar paralelamente a essas ciências – e ao método crítico – complementando-as. Enquanto elas se obrigam a um progresso, equivalente ao incessante do tempo linear, a narrativa confecciona um tempo real, no qual essa flecha finalmente pára, aceitando uma conclusão. Uma conclusão que consegue até incorporar a categoria que aparentemente possuía o potencial para causar mais terror no que se refere à visão moderna do futuro: a imprevisibilidade.

Nesse sentido, Ricoeur (1984, p. 227) diz:

Uma conclusão narrativa não pode ser nem deduzida nem prevista. Não há história a menos que a nossa atenção seja mantida em suspense [...], pois somente assim conseguimos seguir a história até a conclusão.

No entanto, essa incorporação da imprevisibilidade já não causa mais nenhuma apreensão, nenhum horror, já não é digna de nenhuma possível desordem futura, pois ela somente aparece para ser domesticada, disciplinada, na medida mesmo em que um final não pode ser necessariamente aceitável. Ou seja, tem de surgir como uma consequência natural, ainda que inesperada. O enredo, na visão retrospectiva, na rememoração, retira qualquer tragicidade do imprevisível, deixando-o apenas na companhia do suspense.

A narrativa parece ir se definindo como uma forma específica, uma forma especial de se concretizar e retrabalhar o tempo iluminista, no tempo da concepção moderna de história. Os dados e questões colocados até o momento parecem-nos permitir trazer à tona essa primeira conclusão, o que, de certo modo, possibilita o estabelecimento de um elo de ligação, mesmo que tênue, entre os vários textos, levando-se em conta, para isso, suas profundas diferenças.¹⁶

Entretanto, ainda permanece sem solução a questão anteriormente levantada, a que diz respeito ao problema inicial do relacionamento entre a objetividade e o posicionamento intelectual do historiador. Tal questão remete precisamente ao fato da obsessão pela imparcialidade, da constante busca de um lugar neutro, desvinculado de qualquer compromisso de onde se poderia olhar diretamente sobre o real.

Sem ter a pretensão de responder à questão nas suas diferentes implicações, mas apenas de introduzi-la, poder-se-ia dizer que seria mais produtivo se a colocássemos em contato com a quarta característica do discurso narrativo, pois esta mantém uma relação apenas indireta com o tempo linear e se preocupa fundamentalmente com a ocultação do narrador na narrativa moderna. O narrador parece ser um pouco como Deus, pois está em toda a parte, mas nunca é visto, salvo às vezes nas notas de pé de página, fora da narrativa, o que produz algumas consequências importantes.

Em primeiro lugar, a objetividade transforma o relato histórico em um espetáculo fascinante, no qual as coisas e as pessoas falam por

si mesmas, no qual os próprios personagens parecem atuar como protagonistas, exibindo-se em carne e osso para o leitor sem a interferência de qualquer vontade e de qualquer subjetividade externa (JAUSS, 1978, p. 93-94).

A ocultação do narrador cria, por conseguinte na narrativa, uma impressão de objetividade tão forte quanto a que o método crítico pretendia fabricar. O que liga essa gigantesca vontade de verdade?

White (1994, p. 8) coloca-nos a questão de forma intrigante. Se estivéssemos tratando com textos que lidassem explicitamente com eventos imaginários, matéria-prima do discurso de ficção, não haveria o menor problema. Quem se estranharia se, nesse tipo de discurso, uma pedra ou uma árvore subitamente comesçassem a falar? Porém, quando se enfoca um discurso que exatamente tem a pretensão inversa, a de fugir da ficção e refugiar-se nos fatos, torna-se evidente que a questão precisa ser um pouco mais discutida.

White começa tentando responder à questão, sugerindo que esse lugar neutro e oculto, essa fortaleza escondida onde falta o historiador, parece ser fundamentalmente o lugar da autoridade. Assim, aquela breve alusão ao historiador e a Deus não precisa ser tomada como demasiadamente gratuita. Ela serve ao menos para nos lembrar de que esse retraimento absoluto na narrativa, uma contraface daquela exigência de absoluta objetividade na crítica, atua na verdade como um poderoso legitimador dos vários pressupostos, que, como foi constatado, povoam o discurso da concepção moderna de história.

Essa faceta multiplica a sua influência, a sua vitalidade e o seu poder de persuasão, pois nunca fala com sua voz nem como sua própria face, mas apenas com a face e a voz da verdade dos fatos. Essa ampliação da autoridade, que ajuda a explicar aquela obrigação da imparcialidade, fora introduzida energeticamente na época da Revolução Francesa e conseguiu se afirmar e se transformar em característica permanente do discurso histórico.

Existe ainda outra questão, que colocamos anteriormente, mas que precisa ser retomada. Ela diz respeito sobre o sentido, o objetivo e a finalidade dessa autoridade. Numa formulação tipicamente kantiana: qual o interesse da história, qual o horizonte teleológico que orienta a sua atividade cognitiva? Perguntando com Kant e tentando responder com Habermas: nosso interesse último em fazer história é alargar a nossa

esfera de comunicação, pois este interesse expressa a situação do historiador como um membro do próprio campo que estuda.

Sem querer desvincular a discussão dessa posição, o estudo da história aumenta o nosso repertório de alternativas culturais, ajudando-nos a “revelar as possibilidades encobertas pelo presente” (RICOEUR, 1984, p. 294). Penso que ela precisa ser associada a uma questão que vincula a atividade histórica a uma vontade de evitar ou eliminar a tragédia.¹⁷

O confronto com a tragédia parece constituir-se em um traço de união, que, além de articular o método crítico com a prática narrativa, permite visualizar uma ligação entre as concepções clássicas e modernas de história. Desse modo, no que se refere à primeira delas (clássica), vemos que o esforço para subjugar o caos, o acaso e o terror passa pela afirmação de uma autoridade explícita que se vale da legitimidade conferida pela tradição, pelo profissionalismo, para edificar modelos que se pretendem capazes de assegurar a orientação e a verdade dos homens.

A crise desses modelos, precipitada e simbolizada pela Revolução Francesa, evidencia a urgente necessidade de uma transformação radical dos procedimentos clássicos de combate ao trágico. É como resposta a essa crise que a definição moderna de história virá a ser elaborada, substituindo a verdade ética pela verdade dos fatos e, ao mesmo tempo, tornando esta última completamente inquestionável, completamente acima de qualquer controvérsia política ou moral.

Isto ocorre porque a verdade dos fatos se funde em mecanismos críticos e narrativos, de composição uniforme e alcance universal. Cria-se a impressão de que ela é resultado de uma razão absolutamente pura e transparente, supostamente afastada de qualquer posicionamento intelectual ou projeto de poder, e influenciável apenas, através de sentidos igualmente uniformes e universais, pelos dados da realidade histórica.

Colocada a questão dessa forma, temos justamente a conversão do lugar de onde o historiador fala em um espaço invisível que vai promover o fortalecimento de sua autoridade. Ao aumentar a influência e o poder de persuasão, amplia a eficácia do papel desempenhado pela concepção moderna de história, nessa incessante batalha travada pelo ocidente contra a tragédia, apesar de toda tradição cultural estar fundada na memória.

Para uma cultura historiográfica

Nosso objeto aqui é discutir o processo de produção do conhecimento histórico e as possíveis tarefas da análise historiográfica. Nesse sentido, tomamos como base a noção de cultura historiográfica. Entendemos por cultura historiográfica um conjunto de cinco matrizes com seus respectivos elementos interligados.

A primeira matriz tem sua origem no debate proposto por Thomas Kuhn, com a publicação do livro *A estrutura das revoluções científicas* em 1962. Kuhn apresenta um debate sobre a noção de paradigma, as consequências para a ciência quando ocorre a chamada mudança paradigmática e os fatores agentes dessa mudança.

O debate desencadeado por Kuhn foi assimilado com diferentes graus de recepção na história. Jörn Rüsen então propôs uma matriz disciplinar para a história como modelo para a discussão teórico-epistemológica. A matriz de Rüsen é composta por cinco elementos: os interesses pelo conhecimento sobre o passado; as perspectivas teóricas que orientam a pesquisa; as metodologias, as técnicas de pesquisa e as diferentes fontes; as formas de representação do passado através das narrativas e, finalmente, as funções didáticas dos conhecimentos históricos no contexto sociocultural (DIEHL, 2001, p. 33-52).

A segunda matriz tem seu foco centralizado nas formas de recepção dos debates teóricos na comunidade científica, na própria história e nas demais ciências humano-sociais. Essas formas de recepção são constituídas de três vetores: a ortodoxa, a adaptada e a crítica (DIEHL, 1992, p. 26-27).

A terceira matriz tem seu esforço concentrado sobre as experiências historiográficas refletidas sobre a modernidade, sendo composta pelas noções de modernização, modernidade e modernismo.

A quarta matriz apresenta as experiências historiográficas sobre a pós-modernidade; compõe-se do debate sobre a tensão entre modernidade e pós-modernidade e as repercussões dessa tensão na disciplina História.

E, finalmente, a quinta matriz, que representa o estético-narrativo da história, é constituída a partir do debate em torno do texto histórico-historiográfico e das respectivas representações de estruturas e de sujeitos.

Com esse primeiro entendimento sobre a noção de cultura historiográfica podemos seguir adiante e dizer que por processo de produção do conhecimento histórico compreendemos um conjunto de práticas desenvolvidas tanto em nível acadêmico como não-acadêmico.

Esse conjunto de práticas acadêmicas inclui a elaboração do projeto, a revisão da literatura (teórica e temática), o levantamento de fontes e dados, a redação do texto e sua publicação. Portanto, em nossa avaliação, só poderão estar presentes os textos efetivamente públicos e de acesso assegurado.

Observa-se, ultimamente, um amplo processo de produção de dissertações e teses no contexto dos programas de pós-graduação e, com isso, a socialização da pesquisa dos membros da comunidade de historiadores. Com esse aspecto não queremos afirmar que a socialização dos conhecimentos produzidos ocorra, necessariamente, com igual intensidade no contexto mais amplo da sociedade através da publicação de livros e artigos de acesso geral.

Nesse sentido, trata-se de verificar a hipótese segundo a qual, apesar do anúncio da crescente burocratização – leia-se especialização

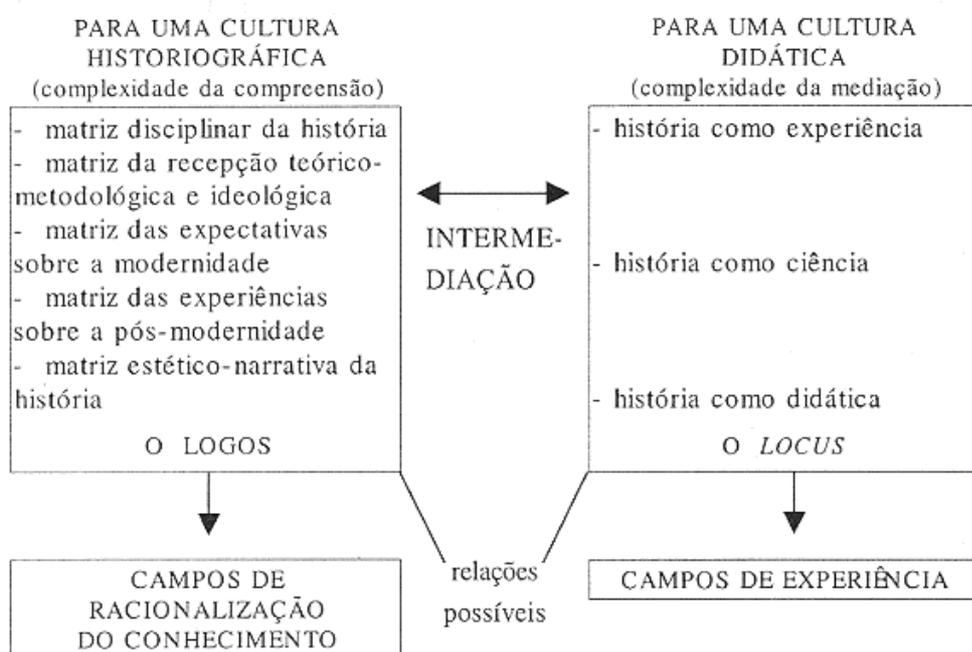


Figura 1. Relações entre campos do conhecimento e campos de experiência.

da história —, o processo de produção continue sendo predominantemente artesanal. Conseqüentemente, a socialização do conhecimento pelos membros da comunidade científica na pesquisa está sendo definida pela *performance* individual e singular do historiador.

Observa-se, também, a crescente institucionalização e consolidação de cursos de pós-graduação num processo que poderíamos rotular de interiorização do conhecimento.

Além das questões institucionais e quantitativas da produção do conhecimento devemos considerar a ciência e a atividade científica como eminentemente sociais. A história da ciência histórica se interessa pelos próprios cientistas em suas condições de trabalho.

Nesse sentido, existem várias alternativas conceituais para o estudo do processo de produção do conhecimento histórico. Entre essas alternativas destacamos: o conceito de comunidade científica, introduzido por Polany, presente em Merton e desenvolvido por Kuhn (1986); o conceito de *ethos* científico de Merton; o conceito de campo científico e *habitus* de Bourdieu (1986), bem como o de *habitus* na perspectiva de Norbert Elias.

O processo de institucionalização e de consolidação da história, como disciplina, bem como de constituição das coletividades de historiadores, compreende diferentes fases no Brasil.

A primeira fase compreende aquela que podemos denominar vigilância comemorativa, a qual carrega consigo a herança histórico-cultural da historiografia do século XIX. A produção intelectual e historiográfica caracteriza-se por ensaios de cunho erudito, influenciados pela literatura de origem européia. São pensadores do Brasil, vinculados ou próximos do Estado. Os institutos históricos e geográficos e as academias são exemplos dessa fase. Com posturas diferenciadas, suas características básicas são a da hegemonia de representar o Brasil. Essa perspectiva perdura em grande parte até meados dos anos 70 (DIEHL, 1999).

A partir dos anos 70 e 80, com a criação dos programas de pós-graduação, entramos numa fase da cultura historiográfica caracterizada pela crise dos parâmetros científicos tradicionais e pela diversidade de histórias, porém fortemente institucionalizada nas universidades. Nessa fase assistimos, além da interiorização da produção do conhecimento e sua correspondente profissionalização, à emergência de alternativas temáticas e teóricas (DIEHL, 1993).

Com o fim do regime militar em 1985, a historiografia ingressou num período de democracia no Brasil. Com isso, as universidades passaram a gozar de uma relativa autonomia, estimulando um novo incremento à institucionalização através da vivência departamental, oriunda da reforma universitária no final dos anos 60.

Essa institucionalização gerou profundas discontinuidades, que, nesse período, se apresentaram fragmentadas sob a forma de várias especializações, que não regularam sua expansão por paradigmas fortes e dominantes. A departamentalização da história pôde, para fins de compreensão, ser transposta geograficamente para as diferentes universidades.

O departamento torna-se o lugar, por excelência, da produção em história. Nesse momento podemos identificar pelo menos três tendências. A primeira lembra uma orientação mertoniana, na qual ocorre a dissociação entre ciência e vida pública. Desenvolve-se uma historiografia sob a jurisdição de uma comunidade científica orientada por um *ethos* específico. Através desse *ethos* específico e autônomo, procurou-se atingir os fins próprios da lógica científica. Nessa tendência, a historiografia não deveria servir ao Estado, ao mercado, nem a quaisquer outros sujeitos sociais. A segunda tendência prevê o *locus* departamental, como uma espécie de autor para a construção de redes em torno de objetos definidos pela vocação *solving problems*, estimulando, para tanto, a criação de laboratórios, arquivos e implementando linhas de pesquisa e áreas de concentração. A terceira tendência consiste numa “francesização” da cultura historiográfica pela qual ocorre a recepção maciça e uma aproximação da nova história francesa com a história cultural, fazendo da história uma forma medial de comunicação entre passado e presente.

Evidente está que a história nova gerou uma revolução na historiografia, como muito bem menciona Peter Burke (1991). Mas sua forte tendência para o mercado medial acentuou a sua patologia. Refiro-me à patologia do esgotamento e à sua perda de sentido em termos de busca dos parâmetros modernos de ciência.

Radicalizando essa tese, podemos falar de uma historiografia de (auto)ajuda aos problemas contemporâneos e de uma falta de perspectivas para uma possível mudança social.

Contudo, na versão atual, essa tendência está se apresentando como uma historiografia especializada em objetos fragmentados (negros, mulheres, sem-terra, homossexuais, feiticeiras, imaginário, cotidiano etc.), com os quais ela se identifica, atuando como ator na representação. Ainda na situação atual temos uma versão historiográfica que rumo para o encontro com a literatura, enfatizando as prefigurações e discursos contextualizados. Nessa perspectiva rompem-se as fronteiras disciplinares da história.

De forma genérica podemos afirmar que, apesar de as três tendências serem identificadas isoladamente, elas ocorrem simultaneamente, mostrando-nos, sobretudo, que não há mais um conhecimento estabelecido de verdades absolutas e últimas. Por mais paradoxal que possa parecer, a história está em franca popularização, e cada vez mais ela vem ocupando espaços nos diferentes meios de comunicação. Cada vez mais, a legitimidade da história centra-se na pluralidade e na multiplicidade, no imediato e no tempo presente, causando a sedução do leitor através de uma narrativa aberta, sem os dogmatismos de pensamento do século XIX.

Por outro lado, assistimos a um avanço numérico considerável na produção de histórias municipais, locais, regionais e personalizadas. São cada vez mais produções em microescala, que buscam a afirmação dos saberes locais, das identidades étnico-culturais e de posturas político-administrativo-municipais. Uma parcela considerável desses textos é produzida fora dos parâmetros universitários e, portanto, longe do controle da comunidade científica.

Apesar da inovação metodológica e temática da história, não podemos deixar de mencionar a fugacidade do texto histórico e sua intransparência teórica, provocada pelo afronto à razão histórica. Nas duas últimas décadas, a cultura historiográfica brasileira vem se desenvolvendo num intenso debate em torno dos problemas apontados pela pós-modernidade. As clivagens desse debate localizam-se em parte sobre as críticas da idéia de progresso, da razão histórica e do próprio sentido do conhecimento histórico, as quais foram as molas mestras das perspectivas de modernidade.

As soluções micro e culturais são também uma resposta ao processo de globalização em forma de resistência, de identidades e de

culturas locais. Assim, os critérios de fundamentação moderna e de validade da história ciência estão hoje sob suspeita.¹⁸

Nessa constelação ampla existem parâmetros básicos que devemos considerar em relação à cultura historiográfica: a formação da atividade científica na comunidade e as estruturas e as concepções na produção do conhecimento histórico.

Os aspectos externos da cultura historiográfica

Mesmo com políticas e planos para a realização de pesquisas coletivas e interinstitucionais, estimulados pelas agências de fomento e pelas próprias universidades, percebe-se ainda na área de história a pesquisa individualizada. Esse fato, a meu ver, decorre da forte departamentalização ocorrida nos anos de reestruturação universitária. Esse processo sugere uma concorrência na comunidade sobre o monopólio na produção e nas representações sobre o passado.

Como conseqüência, temos a tentativa de predomínio de uma visão sobre o passado, produzida por um(a) historiador(a) em um determinado momento. Esgotada, essa perspectiva passa a ser substituída por uma outra visão. Esse processo ocorre como se fôssemos substituindo uma visão por outra, numa linearidade de representações, mantendo um certo grau de personalismo, representativo desse ou daquele historiador.

Tal personalismo concorrente é fortalecido, em tese, pela concessão de fomento à pesquisa; pela introdução e recepção de novos temas no debate; pela aglutinação e formas de arregimentação de estudantes nos mais diversos níveis e pelas facilidades (ou dificuldades) oferecidas pelas editoras e revistas especializadas para as publicações. Sintomático para essa situação é também, entre outras, a discussão em torno da regulamentação da profissão de historiador.

Nesse sentido, Thomas Kuhn (1986) acerta quando escreve que a ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma freqüentemente nem são vistos. Portanto, a normalidade da ciência – e nesse caso a historiografia – restringe, de um lado, a visão do cientista na própria normalidade de sua disciplina e legitima os temas já consagrados. Do outro lado, ocorre um relaxamento na busca de novas explicações teóricas.

A formação da atividade científica vincula-se, então, muito mais a uma espécie de burocratização cognitiva e administrativa da disciplina do que ao treinamento para romper com a normalidade de validade do conhecimento. A própria burocratização acadêmica sugere que estejamos mais voltados aos fóruns administrativos e, conseqüentemente, menos para os da imaginação argumentativo-empírica (DIEHL, 2001, p. 25-35). A situação de departamentalização e burocratização legou-nos a forte tendência ao clientelismo teórico-metodológico, criando uma espécie de subserviência, no que diz respeito à delimitação das temáticas e dos usos conceituais.

Uma maneira bastante eficiente de consolidação desse processo é a política das áreas de concentração e das linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação. Na verdade, essas políticas são um conjunto de compromissos assumidos pelo microcomunidade a partir de parâmetros da CAPES para nortear a natureza dos objetos de análise e da prática de pesquisa. Mantêm-se, dessa forma, as regularidades necessárias ao conhecimento no campo científico agregado pelo *habitus* científico. Tal fato pode ser observado com certa facilidade e ambivalência nas defesas de teses e dissertações e na constituição de bancas de avaliação nos cursos *stricto sensu*.

Por um lado, a defesa de dissertações e teses pode tornar-se um parâmetro de senso comum para a continuidade da normalidade da história. Por outro, pode levar ao conflito de posição dos argüidores. Isso ocorre quando existe disputa pela hegemonia sobre as representações do passado entre os argüidores.

Nos dois casos – porém, de maneiras diferentes –, os limites e as possibilidades da tese em questão importam pouco, pois a ênfase recai sobre a capacidade de manter os limites da normalidade ou então sobre a disputa entre as representações personificadas na contenda argüitiva.

Talvez esteja aqui uma das razões para ilustrar os fatos da repetição temática, de enfoque na pesquisa e seu conseqüente esgotamento de seus resultados, como se observa, por exemplo, na história do cotidiano.

E, nesse sentido, nas áreas de maior personalismo/subserviência, acontece também uma maior fugacidade, repetição e saturação micro-lógica de resultados. Nesse caso, raras vezes são atacados problemas

ainda insolúveis de questões mais gerais da historiografia ou mesmo de proposição de novos problemas teóricos que poderiam ser empregados em outras pesquisas. O resultado prático disso envolve duas situações. A primeira aparece quando o autor estrutura seu texto em duas pontes: numa visão teórica na qual busca definir o *state of art* como forma de assegurar que ele esteja nos contornos da sua disciplina; na outra parte vem a parte empírica e descritiva do objeto. Muitas vezes as duas partes apresentam-se desconectadas. A segunda situação é aquela em que o autor envereda diretamente numa descrição densa do seu objeto de pesquisa, desprezando, por assim dizer, o significado do diálogo entre teoria e pesquisa. Nesse caso, o resultado é o empirismo.

Desse fenômeno que procuramos descrever rapidamente, decorrem o processo de fragmentação da ciência histórica e a legitimação de versões personalizadas sobre o passado. Tais representações estão evidentemente em conflito pelas suas origens epistemológicas e teóricas.

Sou de opinião que a fertilidade e a possibilidade de avanço de nossa área do conhecimento poderiam estar exatamente no conflito de posições. O conflito de teorizações e práticas de pesquisa poderia sugerir pluralidade, o que seria um aspecto altamente positivo para a historiografia. Porém, para a existência do pluralismo, é necessária uma relação dialógica.

O diálogo entre posições e argumentos é precário pela nossa incapacidade de reconhecimento de outras posturas. Pelo contrário, percebe-se muito o (auto)reconhecimento como uma positividade explicativa do passado. Se entendermos esse fato, na forma apresentada, facilmente compreenderemos também a quase inexistência de debate na nossa ciência. Estabeleceu-se, quando muito, uma espécie de pacto de beligerância.

Poderíamos então afirmar que a intransparência teórica existente na historiografia e sua conseqüente fragmentação decorrem, em parte, do individualismo na comunidade científica.

Nessa perspectiva, um parâmetro elementar da cultura historiográfica inclui a formação da atividade científica na comunidade e suas relações em torno da produção do conhecimento histórico.

A estrutura e as concepções na produção do conhecimento histórico

Está evidente que as questões enunciadas no item anterior apontam muito mais para os limites do que para as possibilidades e transparência da razão histórica. Um certo mal-estar decorrente do esgotamento inovador da nova história foi provocado pela ruptura ocorrida na historiografia, principalmente a partir dos anos de 1980. Foi uma mudança rápida e profunda como um corte de navalha. Pretendeu-se romper com a historiografia tradicional, aquela das sínteses totalizantes, cuja premissa de sustentação era a concepção de progresso e de linearidade temporal.

Porém, o corte de navalha atingiu os vasos de realimentação, como, por exemplo, os temas estruturais que ainda não foram esgotados suficientemente para serem abandonados. A sangria foi silenciosa, levando à inanição daquilo que empolgou e continua empolgando tantos colegas da nova história.

Com essa analogia não pretendemos afirmar que a historiografia oriunda das diversas tendências da nova história tenha merecido poucas pesquisas e publicações. Pelo contrário, constituiu-se nesses últimos anos um conjunto extraordinário de materiais. Para comprovar isso, basta verificar as dissertações e teses dos programas de pós-graduação, os resumos dos encontros da ANPUH – nacionais ou regionais – ou ainda a quantidade de artigos em revistas de história. Esse conjunto de produções é um fato incontestável. A questão que objetivamos trazer ao debate diz respeito às funções desse conhecimento historiográfico.

Em tese, essas pesquisas, por mais diferenciadas que sejam, chegam, em suas conclusões, ao mesmo problema historiográfico-cultural: as relações de poder. Tudo passa a ser visto como poder e a partir dele, numa perspectiva cultural.

Essa verticalidade excludente é também seletiva, como ocorre na comunidade científica. Claro está que a historiografia recente, na maioria dos casos, acaba por ratificar-se no conformismo personalista, numa espécie de ética da convicção a serviço de pequenas cortes e de poderes ocultos, apesar de seus impulsos iniciais serem de protesto social.

Diante dessa tese, a hipótese plausível nesse contexto é a nossa constante busca de parâmetros que possam configurar a *performance* da ciência histórica. Um desses parâmetros é o estabelecimento de elementos capazes de estimular premissas para um programa mínimo,

mesmo que precário, para a disciplina. Tais premissas precisam constituir-se em um metadiscurso capaz de abranger as mais diferentes representações localizadas.

Tal metadiscurso deverá incluir os elementos discursivos anárquicos que querem romper com o personalismo historiográfico existente, e aqueles cujo objetivo é a configuração da disciplina histórica. A dificuldade está exatamente nesse ponto: o *xis nevrálgico* da questão. No entanto, a constituição dos elementos desse metadiscurso precisa estar historicizada, pois o diálogo irá apresentar experiências disciplinadoras e impulsos emancipatórios.

Portanto, um primeiro aspecto é a necessária (re)configuração entre o discurso teórico e a razão prática, entre o pensar representativo do mundo e a vivência da experiência daqueles que objetivamos reconstruir num processo de atualização do passado.

A contemporaneização do não-contemporâneo implica exercícios socioculturais de interesses pelo conhecimento histórico. Tais interesses, independentes do contexto, revelam a capacidade do sujeito cognitivo consciente, reconstruído através das práticas existenciais e do conjunto de tendências do paradigma dominante. Isto por si só já gera um conflito, estabelecido entre o aspecto existencial do historiador e o caráter paradigmático de sua ciência.

Nesse aspecto, não devemos confundir as práticas existenciais não-discursivas, como, por exemplo, comportamentos cotidianos, com discursos impressos sobre o cotidiano. Ou seja, misturar experiências existenciais e textos de crítica historiográfica. Aliás, essa orientação faz parte da patologia da história como ciência. Portanto, o foco central desse primeiro elemento é o da história como experiência ou espaço das experiências.

O segundo elemento do metadiscurso é o das perspectivas orientadoras sobre o passado, ou seja, o conjunto das teorias que dão significado ao passado. É através das perspectivas orientadoras que os interesses ajudam a compreender as transformações temporais do homem, do seu mundo e a consciência de seu reconhecimento como ser histórico.

O terceiro elemento constitutivo do metadiscurso são as orientações e regras metodológicas, com as quais as experiências do passado são inseridas nas perspectivas orientadoras através da pesquisa e de todo arsenal técnico de manuseio documental na significação das infor-

mações. A inserção das experiências do passado nas perspectivas orientadoras é feita através das estratégias de pesquisa. O arsenal técnico e as estratégias vão mudando conforme as orientações teóricas.

O quarto elemento é constituído pelas formas de representação historiográfica, através das quais são elaborados os textos e discursos sobre o passado. A dimensão textual-discursiva compreende aspectos como memória, continuidade/ruptura, comunicação, identidade e sentido do tempo, vinculados a quatro estruturas narrativas: a exemplar, a tradicional, a crítica e a genética.

E, finalmente, o quinto elemento constitutivo do metadiscurso envolve as funções do conhecimento histórico nos contextos social e individual. Em outras palavras, essas são as funções didáticas do saber histórico, através das quais germinam novos interesses sobre as práticas socioculturais. Exatamente nesse aspecto está presente a profunda vinculação entre presente e passado.

Portanto, entendemos que a *performance* da história com plausibilidade científica passa necessariamente pelo estabelecimento desses cinco elementos constitutivos do metadiscurso em um programa epistemológico mínimo. Independente da postura teórica, esse metadiscurso possibilita, sobretudo, uma concepção da própria ciência histórica e do seu desenvolvimento.

Não seria exagerado afirmar aqui, para finalizar, que a própria busca desse acordo é também repleta de produtividade para a história, pois a relação dialógica é a maneira pela qual se revela a consciência da produtividade. Sem dúvida, o aparecimento da consciência histórica constitui o aspecto mais importante de constituição da história como disciplina moderna, e este é o parâmetro de compreensão fundamental da historicidade do passado, além de evidenciar o reconhecimento intelectual contemporâneo.

Abstract

This paper presents a model for historiography analysis. The concept of historical culture is determined by the exposition of five matrixes which shows different elements and levels of the historiography.

Key words: Historiography analysis, history.

Notas

1. Esta discussão leva a uma infinidade de situações que não teremos chance de debater aqui, no entanto sugerimos os textos de Semprini (1999), Cuche (1999), Schnitman (1996), Mathews (2002) e Kellner (2001).
2. Para este aspecto ver a discussão feita por Linda Hutcheon (1991).
3. Este aspecto não é um privilégio da história e dos historiados. É um debate que abrange todas as áreas do conhecimento.
4. Discutimos esses dois aspectos a partir de Max Weber.
5. Num outro sentido ver Michel Löwy (1990).
6. Ver quadro das estruturas da recepção teórico-metodológica e ideológica.
7. Este processo é denominado secularização, especialmente por Max Weber.
8. Percebe-se que, na década de 1920, há um forte retorno à concepção clássica de história, especialmente nas suas funções pedagógicas e políticas.
9. As questões entre antigos e modernos envolvem a discussão da validade dos modelos clássicos na Europa no século XVII. Os antiquários, no século XVII, se mostraram mais preocupados com a verdade factual do que com o valor moral dos ensinamentos.
10. Isso evidentemente não deve significar a inexistência de outros níveis nos quais o trabalho do historiador pode produzir novas investigações e interpretações concretas e singulares. Colocada a questão dessa forma fica claro que a identidade desse ofício não está limitada por fronteiras nacionais, até mesmo pela estrita relação com a definição ocidental de verdade.
11. Importante aqui é estabelecer uma relação com a memória, segundo Walter Benjamin.
12. Seria interessante comparar o espaço de experiências e horizonte de expectativas de Koselleck com as noções de era das representações e era do homem, de Michel Foucault, dentro daquilo que Gumbrecht denomina modernidade epistemológica.
13. Seria interessante fazer uma relação dessa idéia exposta com as influentes histórias de terror da literatura ocidental, *Drácula* e *Frankenstein*. Frankenstein resulta diretamente de um desarranjo da ciência, que, procurando planejar o futuro, termina por produzir terror. Drácula é um senhor medieval que sobreviveu à sua época e a todas as épocas. É uma espécie de ruína, de escombro vivo, ou melhor, meio morto, exigindo precisamente a intervenção do saber erudito, histórico, ciente das suas

particularidades e fraquezas, quase esquecidas no passado, para poder ser eficazmente combatido.

14. É comum verificar essa posição em autores ligados à Escola de Annales.
15. Seria interessante exercitar esse modelo com algumas obras, verificando as permanências e as especificidades.
16. Essa associação entre a crítica, a narrativa e o iluminismo está longe de esgotar as possibilidades de leitura de um texto historiográfico. Observe-se, em outros níveis, que é perfeitamente possível encontrar um autor como Ranke, capaz de compatibilizar uma inevitável adesão dos valores iluministas do método e do relato histórico com o emprego de um quadro intelectual de base essencialmente conservadora.
17. Com respeito à questão da tragédia é indispensável fazer uma referência aos pensadores que revelaram a consciência de crise no pensamento ocidental, tal como Spengler, Toynbee, Huizinga, Schwintzer, entre outros. Indispensáveis, também, são as referências às obras de Nietzsche, em especial aos textos de sua juventude.
18. Em termos epistemológicos procuramos discutir isso no confronto entre os paradigmas modernos e pós-modernos.

Referências

BERMAN, M. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: Edusc, 2001.

BOURDIEU, P. *Campo intelectual e projeto criador*. Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura histórica brasileira*. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

_____. *A matriz da cultura histórica brasileira*. Do crescente progresso otimista da razão histórica. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

_____. *Cultura historiográfica brasileira nos anos 80*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

_____. O exemplo de Walter Benjamin. In: DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)*. Porto Alegre: Evangraf, 1993. p. 95-117.

_____. *Max Weber e a história*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

_____. *Vinho velho em pipa nova*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

_____. *A cultura historiográfica brasileira (década de 1930 aos anos 1970)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

_____. (Org.). *Visões da história do planalto rio-grandense (1980-1995)*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

_____. A cultura historiográfica e inserção hermenêutica. Narrativa e controle da tragicidade na história. *Revista História: debates e tendências*. Passo Fundo: Mestrado em História/CPH/RS, v. 2, n. 1, p. 33-52, 2001.

_____. *Ciência, política e universidade*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

_____. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. *Para uma cultura historiográfica brasileira II*. Passo Fundo, 2002.

DIEHL, Astor Antônio; TEDESCO, João Carlos. *Epistemologias das ciências sociais*. Considerações introdutórias de um debate. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 141-290.
- JAUSS, Hans Robert. *Pour use esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- KOSELLECK, Reinhard. *Le régime de la critique*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. *Historia magistra vitae. Vergangene Zukunft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989. p. 38-60.
- LÖWY, Michel. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1990.
- MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual*. Bauru: Edusc, 2002.
- MOSER, Walter. Spätzeit. In: MIRANDA, Wander (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.
- RICOEUR, Paul. Narrative time. *Critical Inquiry*, v. 7, n. 1, 1980.
- _____. *Narrative and human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- RÜSEN, Jörn. *Begriffene Geschichte*. Paderborn: Schöningh, 1969.
- _____. (Org.). *Historische Objektivität*. Vandenhoeck-Riehe, 1975.
- _____. *Rekonstruktion der Vergangenheit*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1986.
- _____. Die Kraft der Erinnerung in Wandel der Kultur. Zur Innovations – und Erneuerungsfunktion der Geschichtsschreibung. In: CERQUIGLINI, B.; GUMBRECHT, H. V. (Org.). *Der Diskurs der Literatur-und Sprachhistorie. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe*. Frankfurt: 1993. p. 29-45.

_____. Narratividade e objetividade na ciência histórica. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 311-335, 1998.

_____. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. *Revista História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 9-22, dez. 2001.

RÜSEN, Jörn; JÄGER, F. Historische Methode. In: DÜLMEN, Richard Von (Org.). *Das Fischer Lexikon. Geschichte*. Frankfurt, 1990. p. 29-32.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc, 1999.

VEYNE, Paul. *Acreditam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1986.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts*. Göttingen: Wallstein, 2001. p. 79-86.

WHITE, Hayden. The question of narrative in contemporary historical theory. *History and Theory*, v. 23, n. 1, 1984.

_____. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.